

Ideologia e capitalismo contemporâneo: paralelos entre o antissemitismo moderno e o “bolsonarismo”¹

Henrique Pereira Braga²

Resumo: O propósito deste ensaio é apontarmos os paralelos entre a ideologia antissemita moderna, consolidada no nazismo, e o neofascismo brasileiro, conhecido como "bolsonarismo". Para isso, o primeiro movimento do ensaio é recuperar as teses de Moishe Postone sobre o antissemitismo moderno, localizando o seu debate e explicitando sua relação com o processo de acumulação de capital. O segundo movimento expositivo consiste em mostrar as semelhanças entre a ideologia antissemita moderna e o bolsonarismo por meio da exposição dos desdobramentos do processo de acumulação de capital sobre a sociabilidade brasileira, ocorrido no Brasil a partir dos anos 1990. A partir desses dois movimentos, o ensaio encerra a conclusão de que ambos compartilham a característica de eleger um grupo social como o culpado pela desagregação social e crise econômica presentes em suas sociedades, ao invés de localizarem na dinâmica de acumulação de capital a fonte dos impasses à sociabilidade humana. Por fim, essa forma de compreender o neofascismo permite localizá-lo como um fenômeno próprio do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: capital; antissemitismo; neofascismo; bolsonarismo; Moishe Postone (1942-2018)

Abstract: The purpose of this essay is to point out the parallels between modern antisemitic ideology, consolidated in Nazism, and Brazilian neo-fascism, known as "Bolsonarism". To this end, the first movement of the essay is to recover Moishe Postone's theses on modern antisemitism, locating his debate and explaining its relation to the process of capital accumulation. The second expository movement consists in showing the similarities between modern antisemitic ideology and bolsonarism by exposing the unfolding of the process of capital accumulation on Brazilian sociability, which occurred in Brazil from the 1990s on. Based on these two movements, the essay concludes that both share the characteristic of electing a social group as the culprit for the social breakdown and economic crisis present in their societies, instead of locating in the dynamics of capital accumulation the source of the impasses to human sociability.

¹ Aproveito a oportunidade para agradecer a revisão cuidadosa da socióloga Caroline Tresoldi. Todos os erros e omissões, como de praxe, são de minha inteira responsabilidade.

² Professor do Departamento de Economia da Ufes. Doutor em ciências econômicas pelo IE/Unicamp. Membro do Grupo de Estudos em Ontologia Crítica (GEPOC) da Uff.

Finally, this way of understanding neo-fascism allows us to locate it as a phenomenon proper of contemporary capitalism.

Keywords: capital; anti-Semitism; neo-fascism; bolsonarism; Moishe Postone (1942-2018)

Introdução

Neste primeiro quarto do século XXI, em particular após a crise econômica de 2008, parece que estamos diante de mais uma encruzilhada, trilhando um caminho que pode ser descrito da seguinte maneira:

[...] a derrocada financeira de 2008 inaugurou um período de rupturas políticas. A alternativa “fascismo ou revolução” é assimétrica, desequilibrada, visto que já estamos no interior de uma sequência, que parece irresistível, de “rupturas políticas” praticadas por forças neofascistas, sexistas, racista. A ruptura revolucionária, no momento, é mera hipótese, ditada pela necessidade de reintroduzir o que o neoliberalismo conseguiu apagar da memória, da ação e da teoria das forças que lutam contra o capitalismo (LAZZARATO, 2019, p. 9).

Ao remeter ao resgate da memória, da ação e da teoria que anima a luta anticapitalista, o sociólogo Maurizio Lazzarato (2019) procura reivindicar a transformação da hipótese da revolução em realidade histórica, haja vista que o conjunto de rupturas políticas ocorridas a partir de 2008 estabeleceram formas políticas, econômicas e sociais, nas suas palavras, “neofascistas”. Tais rupturas, guardadas suas diferenças, têm como fonte, segundo a filósofa Wendy Brown (2019), a combinação do declínio do padrão de vida, aguçado pelas políticas econômicas adotadas – em suas diversas variantes – durante a década de 2010 no mundo ocidental, com a atribuição deste declínio à ascensão cultural e política de grupos sociais marginalizados até então – como os negros, LGBTQIA+ e os imigrantes, no caso estadunidense. Com isso, as rupturas políticas que ocorreram desde então operam, em geral, na eliminação dos mecanismos de “inclusão” dessas minorias e, na sua forma ideológica, afirmam um *niilismo* que propõe uma “liberdade desenfreada e inculta [... um] descompromisso com o cuidado com o amanhã” (BROWN, 2019, p. 210). No limite, o sentido dessas ações políticas é o retorno à invisibilidade – quando não o extermínio – do outro, acusado de subverter os “valores” puros da sociedade.

Diante deste quadro, não há como deixar de recordar o regime Nazista e sua política de “solução final” para com os judeus, que resultou no Holocausto. Não afirmamos que esteja em curso uma produção industrial do extermínio daqueles que supostamente estariam subvertendo os “verdadeiros valores” da sociedade. Em lugar dessa afirmação algo absurda, sugerimos que há um paralelo importante com aquela barbaridade: a atribuição dos problemas sociais à existência de um certo grupo social que, ao ser suposto como a fonte desses problemas, deve ser eliminado da sociedade. Neste sentido, o objetivo deste artigo é mostrar o paralelo entre o antissemitismo moderno e o neofascismo contemporâneo, tendo como referência deste último, o bolsonarismo.

Para cumprir com esse objetivo, o artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução. Na primeira seção, recuperamos a explicação do historiador canadense Moishe Postone (1942-2018) sobre a natureza do antissemitismo moderno, presente em dois de seus principais trabalhos: *Antissemitismo e Nacional Socialismo: notas sobre a reação alemã ao "Holocausto"* (2021a) e *O holocausto e a trajetória do século XX* (2021b). Em seu argumento, Postone não recorre a demonização dos membros do partido nazista, tampouco atribui a “solução final” aos delírios de Hitler, de forma que não transforma o holocausto em uma particularidade alemã – presente em certo “racismo” frente aos povos tidos como “inferiores”. Embora o racismo seja uma característica do nazismo, enfatiza ele, seu argumento sublinha que seria outra a principal característica da ideologia na qual estava baseada a “solução final”: o *antissemitismo moderno*. Essa seria, segundo Postone, uma ideologia revolucionária e, ao mesmo tempo, reacionária: propunha uma transformação substantiva da sociedade europeia para afirmar o que compreendia como seus avanços concretos – a técnica, a ciência e a tecnologia – e a eliminação do que entendia como fontes de seu declínio – o poder do dinheiro e o cosmopolitismo –, afirmando um certo “passado” europeu.

Na segunda seção, abordaremos como a ideologia contemporânea “neofascista” guarda semelhança com o antissemitismo moderno em pelo menos dois aspectos: i) ela se apresenta como revolucionária; e ii) elege um grupo social como a fonte dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade. Nestes termos, a sua revolução seria a eliminação do grupo social escolhido, pois ele representaria os males que atingem a sociedade contemporânea. Para essa *visão de mundo*, tudo se passa como se esses problemas não fossem expressão do desenvolvimento do próprio capitalismo, que elimina os próprios meios para a sua reprodução social e, por conseguinte, dos indivíduos nesta sociedade; de modo que há um nexo entre a ideologia e as condições de reprodução da

vida social sob o capitalismo. Para ilustrarmos isso, abordaremos o recente desenvolvimento capitalista brasileiro e a ascensão da extrema direita brasileira, cujo debate tem nomeado, talvez provisoriamente, de “bolsonarismo”.³

As características do antissemitismo moderno

Como se sabe, a partir de 1942, as linhas de combate alemãs recuaram no *front* russo diante da ofensiva soviética, enquanto os americanos forneciam material bélico para os ingleses, que intensificaram os bombardeios ao território alemão. Numa clara situação de inferioridade militar, esperava-se que os alemães poupassem recursos para o conflito. Contudo, recursos foram desviados para intensificar a “solução final”. O que explicita o extermínio dos judeus como um dos objetivos principais do IIIº Reich.

É justamente essa importância do Holocausto que a série de TV americana homônima apresentou durante os seus cinco episódios. Exibida na Alemanha Ocidental nos anos 1970, essa série mobilizou o debate público local sobre o caráter central do holocausto para o regime nazista e, sobretudo, sobre o silêncio quanto à participação da população alemã na sua execução. Em vista disso, Postone escreveu o artigo *Antissemitismo e Nacional Socialismo: notas sobre a reação alemã ao "Holocausto"*, publicado em 1980 na *New German Critique*. Esse artigo foi traduzido para o alemão e publicado na revista cultural *Merkur* em 1982. Já na década de 1980, Postone realizou diversas intervenções no debate público alemão, em função da posição do governo alemão, à época, de que o Holocausto e suas consequências eram um desvio na história europeia – já devidamente superado (POSTONE, 2021c, 2021d). A forma final da sua interpretação foi registrada no texto *O Holocausto e a trajetória do século XX*, publicado no livro *Catastrophe and Meaning*, em 2003 (BRAGA, 2016; POSTONE, 2021e; SEWELL, 2018).

³ Outra justificativa para esse trabalho está na interpretação que propomos da obra de Postone. Enquanto parte da crítica brasileira se concentrou em pontos específicos do seu trabalho – tais como a compreensão do papel da luta de classes na dinâmica capitalista (ARAUJO, 2020; PRADO, 2016), sua interpretação do tempo (BRAGA; KAWAHARA, 2021; SIQUEIRA, 2022) ou sua compreensão do lugar do trabalho nesta sociedade (DUAYER; CARDOSO, 2022; DUAYER; DE ARAUJO, 2020) – outra parte se concentrou na sua tese central sobre a natureza da dominação social no capitalismo (ARAUJO, 2022; DUARTE, 2015; PEREIRA, 2018). Entre os comentaristas internacionais, essa maneira de abordar a obra de Postone se repete, haja vista a maior importância dada ao esforço de leitura crítica do seu livro *Tempo, trabalho e dominação social*. A exceção está no texto Viren Murthy (2020), no qual este autor mostra como o conceito de tempo histórico desenvolvido por Moishe Postone tem relação com a forma de ler a história do judaísmo, no sentido preciso de que a sua leitura de Marx observa os limites do capitalismo e suas possibilidades de ruptura. Em quaisquer dos casos, está ausente uma interpretação, desenvolvida neste texto, que relacione a tese de Postone sobre o antissemitismo moderno e sua interpretação da natureza do capitalismo.

A contribuição de Postone para o estudo do Holocausto reside no argumento de que o avanço do capitalismo na Europa provocou uma reação ideológica nesse continente, que assumiu maior virulência na Alemanha, epicentro do avanço do capitalismo retardatário. Derrotada em suas pretensões imperialistas após a Primeira Grande Guerra, este país estava rebaixado na divisão internacional do trabalho a mero pagador de reparações de guerra, que provocou uma espiral inflacionária, debelada somente com a suspensão dos pagamentos destas reparações e a retomada do crescimento econômico, mediante o afluxo de capitais dos EUA. Quando esse fluxo de capitais cessa, em função da crise de 1929, a Alemanha tem seu emprego e renda comprometidos, retomando os ares de instabilidade e incerteza do pós-Primeira Guerra Mundial.

Diante desse quadro, o partido nazista ganha força, afirmando que a situação alemã era produto do domínio global do “judaísmo”, que impedia a retomada da condição de potência da nação alemã, bem como atrasava a Europa, ao fomentar o conflito entre essas nações. Essa explicação fez sentido nos grupos sociais que perderam prestígio, poder e dinheiro não somente com a derrota alemã, mas desde o seu acelerado desenvolvimento capitalista, cujo marco político foi a unificação alemã ocorrida em 1871. Desde então, o desenvolvimento do capitalismo no Império Alemão abriu espaço para a ascensão econômica, social e política dos profissionais liberais, dos trabalhadores qualificados, dos comerciantes e de outras frações do capital, em lugar da aristocracia alemã. O que também abriu espaço para a ascensão socioeconômica e política dos judeus (POSTONE, 2021b).

A compreensão nazista sobre o papel do “judaísmo” na sociedade europeia tem origem, argumenta Postone (2021a), na ideologia antijudaica que emergiu na Europa no final do século XIX. Uma das características marcantes do antissemitismo moderno que o difere das formas anteriores de antissemitismo é, segundo o autor, o seu caráter universal. Dito de outra forma, o suposto caráter pernicioso do judaísmo não está contido em um ou outro judeu; mas, outrossim, no enraizamento da cultura judaica na sociedade europeia, cujo núcleo de poder residiria nos financistas judeus e teria como forma cultural o cosmopolitismo. Se tomarmos a sua versão mais virulenta como exemplo, a propaganda antissemita alemã retratava o judeu ora como rico e manipulador, sendo a figura por trás

dos inimigos da Alemanha, ora como fonte do mal, sendo comparado, por exemplo, a um rato.⁴

No antissemitismo moderno, os judeus foram figurados tanto como *representantes* do capital, como quanto “*personificações* de um domínio intangível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional”, de modo que encarnavam o capital na sua “forma social alienada”. (POSTONE, 2021a, p. 45 - grifo do autor) E isso ocorreu, segundo o autor, porque:

Certas formas de descontentamento anticapitalista foram direcionadas contra a dimensão abstrata manifesta do capital personificada na forma dos judeus não em virtude de os judeus serem conscientemente identificados com a dimensão do valor, mas porque, dada a antinomia entre as dimensões abstrata e concreta, era dessa maneira que o capitalismo aparecia. A revolta “anticapitalista” foi, conseqüentemente, também uma revolta contra os judeus. A superação do capitalismo e dos seus efeitos sociais negativos foi associada à superação dos judeus (POSTONE, 2021a, p. 45–46 - sublinhado nosso).

O ponto central no argumento de Postone é, em nosso juízo, que, ao atribuírem os problemas da sociedade europeia à dimensão abstrata do capital (o dinheiro, os bancos, a bolsa internacional etc.) enquanto reverenciavam a sua dimensão concreta como própria da capacidade de trabalho humana e seu desenvolvimento (a indústria, a ciência e suas tecnologias etc.), o antissemitismo moderno identificavam um grupo social, o judeu, como o portador desta dimensão abstrata. A solução seria, nesta ideologia, a eliminação de todos os judeus, haja vista que eles são os portadores da cultura judaica, responsável pelo declínio da sociedade europeia, porque exerciam o domínio abstrato sobre a dimensão concreta desta sociedade.

A série de TV estadunidense impactou a Alemanha Ocidental porque explicitou que os campos de concentração eram, de fato, campos de extermínio dos judeus e outros “degenerados” (por exemplo, arianos(as) casados(as) com judeus ou judias), mostrando que um dos objetivos do IIIº Reich, que se tornou o seu principal objetivo quando a derrota já era eminente, era exterminar a cultura judaica europeia – isto é, realizar a

⁴ Os cartazes da propaganda nazista antissemita podem ser consultados nos seguintes endereços eletrônicos: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/photo/nazi-anti-jewish-propaganda> e <https://www.philoholocaustmemorial.org/antisemitism-explained/>.

“solução final”.⁵ Entretanto, Postone se coloca a questão do porquê dessa “interpretação biológica da dimensão abstrata do capitalismo ter se concentrado nos judeus” (POSTONE, 2021a, p. 46). Para o autor, essa escolha não foi fortuita e reside, principalmente, no fato dos judeus serem

[... o] único grupo na Europa que cumpria a determinação da cidadania como abstração puramente política [...] eles eram cidadãos alemães ou franceses, mas não eram realmente alemães e franceses. Eles pertenciam à nação abstratamente, mas raramente em concreto. Eles eram, para além disso, cidadãos da maioria dos países europeus [...] (POSTONE, 2021a, p. 47).

Nesse argumento, residiria na qualidade abstrata do Judeu a característica que permitiu o antissemitismo moderno personificar a dimensão abstrata própria das formas sociais que nossas atividades assumem no capitalismo nesse grupo social, cultural e econômico específico. Ao proceder desse modo, essa ideologia tanto hipostasiou a dimensão concreta dessas formas sociais, não sendo capaz de observar que ela também é própria do capitalismo, quanto produziu um alvo tangível ao qual aqueles europeus que perderam poder, prestígio e dinheiro puderam dirigir seu ressentimento. Justamente esse fundamento objetivo do antissemitismo moderno não permite, como observa Postone, qualificar essa ideologia de antimoderna, haja vista que ela procura se apropriar da revolução tecno-científica, do sistema de máquinas e da moderna forma de organização industrial. Contudo, sempre figuradas como formas de reabilitação da capacidade de fazer e produzir da população europeia (POSTONE, 2021b).

Por essas razões, Postone (2021a, p. 48) afirma que o antissemitismo moderno deve ser lido como uma forma perniciosa de fetichismo, cujo “poder e periculosidade resultam da sua visão de mundo abrangente, que explica e dá forma a certos modos de descontentamento anticapitalista que, ao atacarem as personificações da forma social, deixam o capitalismo incólume”. Tal descontentamento reside, conforme recorda o autor, nas reestruturações e deslocamentos sociais provocados pela rápida industrialização capitalista nos países europeus de capitalismo tardio, marcados pelo declínio daqueles em posições sociais tradicionais e pela entrada em cena de novos atores sociais – inclusive com sua ascensão social. Essa base objetiva encontrou uma explicação e uma forma de ação política no antissemitismo moderno.

⁵ Escapa ao escopo deste trabalho abordar a questão da origem da “solução final”. Neste sentido, recomendamos o texto de Saul Friedländer (2003).

A partir dessa chave, Postone afirma que o Holocausto dirigido pelo Nazismo foi condicionado por essa ideologia, na medida em que seus objetivos não emergiram das contingências dos anos da guerra, mas sim estavam relacionados a sua revolução contra o abstrato – personificada no judeu. Assim, o autor propõe que *Auschwitz* seja interpretado como uma “fábrica para ‘destruir valor’, isto é, para destruir as personificações do abstrato” (POSTONE, 2021b, p. 110). Por isso sua forma de organização era um processo industrial meticuloso e bárbaro, pois revelar o abstrato presente em cada prisioneiro exigiria libertá-lo do concreto:

O primeiro passo consistiu em desumanizar e revelar os judeus, revelar o que eles “realmente eram”: cifras, abstrações numeradas. O segundo passo, então, foi erradicar aquela abstração, tentando nesse processo arrancar-lhes os últimos vestígios do ‘valor de uso’ material concreto: as roupas, o ouro, o cabelo. [...] Auschwitz, e não a tomada de poder nazista em 1933, foi a verdadeira “Revolução Alemã”, a tentativa de “derrubada” não apenas da ordem política, mas da formação social existente. Por meio desse empreendimento, o mundo estaria a salvo da tirania do abstrato. Durante esse processo, os nazistas “libertaram-se” da humanidade” (POSTONE, 2021b, p. 110).

Essa compreensão de que o procedimento de extermínio dos judeus envolvia despi-los de qualquer humanidade, revelando-os como parte de um poder abstrato, sem *locus* definido, que impedia o desenvolvimento europeu, tem sua justificativa no caráter específico da mediação social própria do capitalismo. Nesta sociedade, como argumentou Postone (1978, 2003), a maneira pela qual as pessoas reproduzem as suas condições de subsistência e, com isso, possibilitam sua participação na sociedade, ocorre pela relação contraditória entre as dimensões abstrata e concreta da forma social assumida pela nossa atividade – a forma mercadoria.

Como se sabe desde Marx (2011, 2013), a mercadoria é a forma necessária assumida pelas nossas atividades no capitalismo, pois somente por meio da produção para a troca conseguimos acessar os meios de reprodução da nossa vida em sociedade. Isso porque, em linhas gerais, os meios para produção de nossa existência foram concentrados em mãos das classes dominantes a partir de um longo processo histórico de expropriação, restando àqueles que não possuíam esses meios a venda da sua força de trabalho para sobreviverem. A mercadoria é, conforme Marx (2013), a unidade entre o valor de uso e o valor: um objeto capaz de satisfazer certas necessidades – seja do “estômago ou da

fantasia” – e resultado de certo esforço humano. A grandeza do valor de certa mercadoria é, por sua vez, mensurada pelo tempo de trabalho objetivado na sua produção, de forma que o tempo médio gasto pelo conjunto dos produtores para a produção de certa mercadoria configura a sua medida. Numa produção globalizada, como na sociedade contemporânea, a média da produção de, por exemplo, jaquetas, envolve o cômputo desta produção social global, realizada no mercado internacional. Essa grandeza de valor não aparece diretamente para os possuidores de mercadorias – isto é, na forma de quantidade de horas trabalhadas. Ela se manifesta, porém, nas relações de troca entre as mais diversas mercadorias que, em termos gerais, se exprimem no dinheiro. Por isso, o dinheiro não é apenas uma abstração. Ele também é uma forma do valor que, ao representar a sua quantidade, permite a permutabilidade entre os mais diversos valores de uso – oriundos de trabalhos concretos incomensuráveis entre si.

Como a mercadoria é a forma social que nossas atividades têm de assumir no capitalismo, isso significa que a existência social de cada pessoa e sua relevância estão na proporção do valor que produzem para a sociedade, de forma que “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como proprietário [...] de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso” (MARX, 2011, p. 105). Neste particular, uma comparação com as sociedades não capitalistas pode ajudar na compreensão do argumento. Em tais sociedades, as pessoas existem socialmente porque são parte do grupo (tribo, feudo, império etc.) e têm suas diferenças sociais estabelecidas por meios que não são propriamente “econômicos”, mas envolvem relações de parentesco, servidão ou escravidão (nestes últimos dois casos, há claramente uma clivagem social). O ponto fundamental é que a mediação social ocorre, nas sociedades não capitalistas, por outros meios que não a forma-mercadoria. A esse respeito, as trocas são estabelecidas por meio da reciprocidade ou, quando há mercado, seus preços são regulados pelos costumes locais e, mesmo o comércio de longa distância – quando há – é estrangulado por esses regimes locais (CLASTRES, 2012; THOMPSON, 2005; WOOD, 2002).

Se a mediação social é pelo “valor” das mercadorias, qual seria a sua substância? Se cada mercadoria particular é produto do trabalho específico exercido por cada pessoa, o que resta de equivalente é serem justamente o resultado dos seus trabalhos enquanto dispêndio de força humana. Aqui cabe atentarmos para o seguinte: os seres humanos sempre elaboraram sobre a natureza para produzirem os meios de vida; disso não depende, contudo, que os produtos dos seus trabalhos são o meio pelo qual existem

socialmente, de forma que as suas atividades serem, crescentemente, tornadas meios para sua subsistência é prerrogativa de um tipo específico de mediação social (POSTONE, 1978, 2003).⁶ Dito de outro modo, sempre existiram atividades vinculadas à subsistência do grupo social, mas isso não significa que toda e qualquer atividade do grupo social deve ser tornada meio para a subsistência dos seus membros. Podemos tomar como exemplo a dança, que faz parte da cultura humana, mas, no capitalismo contemporâneo, foi transformada em meio de obter dinheiro quando se torna uma coreografia de um minuto e “viraliza” nas “redes sociais”.

Essa forma de mediação social, que eleva o trabalho ao centro das relações humanas e tem na mercadoria a sua forma fundamental, é uma maneira peculiar de dominação social que não pode ser atribuída a um grupo social específico, mas somente ao modo como reproduzimos a nossa existência social. Ou, em outros termos, essa dominação ocorre por meio da nossa *práxis*. Para compreendermos essa dominação social, portanto, devemos retornar à grandeza do valor de cada mercadoria. Se cada pessoa tem de tornar suas atividades em algo que atenda necessidades do corpo e da alma das outras pessoas para conseguir existir socialmente, tal produção deve ocorrer, como vimos, de acordo com o “nível médio” de produtividade. Por consequência, o esforço de cada pessoa tem sempre como referência o esforço médio das outras pessoas, sendo que essa referência é descoberta somente no recorrente ato de troca. Por essa razão, o quanto cada pessoa carrega de dinheiro no bolso é uma representação da fração da sua mercadoria particular frente ao trabalho social total.

Por exemplo, se a produção de jaquetas é realizada, em média, na proporção 8 camisas por jornada de trabalho ao valor de 960 reais, as pessoas que produzirem numa proporção inferior, receberão abaixo da média (e vice-versa). Assim, caso produzam 2 jaquetas por jornada de trabalho, receberão 240 reais (caso produzam 10 jaquetas por jornada de trabalho, receberão 1200 reais). Por meio desse exemplo, podemos indicar que produzir mais camisas em menos tempo do que os demais produtores de camisas torna-se um imperativo concorrencial, pois, quando vendidas, elas significariam maior quantidade de dinheiro para o seu produtor e, assim, maior acesso ao trabalho social total.⁷

⁶ Embora esse argumento esteja desenvolvido na releitura de Marx proposta por Postone (2003), não podemos deixar de observar que, no Brasil, a novidade dessa interpretação foi apresentada por Mário Duayer, em parceria com diversos pesquisadores. Conferir, por exemplo: (DUAYER; CARDOSO, 2022; DUAYER; DE ARAÚJO, 2015; DUAYER; DE ARAÚJO, 2020)

⁷ Evidentemente, tomamos como suposto que não estamos numa situação de crise, seja por ausência de demanda ou por problemas de oferta. De todo o modo, esse exemplo também ajuda a compreendermos o porquê, numa situação de crise, os trabalhadores e os capitalistas buscam, a todo o custo, restaurarem as

Contudo, podemos aproveitar o exemplo para indicar que, uma vez generalizado o novo nível de produtividade, a média da produção social muda. De acordo com o exemplo anterior, serão vendidas por 960 reais as 10 jaquetas produzidas por jornada de trabalho (quem produzir ao nível anterior, receberá 768 reais por 8 jaquetas; enquanto aquele que produzir a proporção de 2 jaquetas por jornada de trabalho receberá 192 reais). Essa relação entre a elevação da produtividade e a grandeza de valor exprime a contradição fundamental da produção capitalista que, segundo Postone, reside na ampliação da riqueza material que não significa o aumento do seu valor. Em verdade, há um “efeito esteira” (*treadmill effect*) (POSTONE, 2003, p. 289–290).

Esse efeito gera a necessidade de sermos sempre e crescentemente mais produtivos, de forma que essa é uma sociedade, que no seu nível mais molecular, possui uma trajetória de expansão ilimitada. Não cabe aqui desenvolver as consequências dessa trajetória, mas podemos recordar, de passagem, como a natureza e nós, seres humanos, somos degradados. Além disso, a participação da produção social não será para todos, haja vista que sempre haverá quem produza abaixo da média social – até o ponto em que ficará inviável a reprodução da sua existência, ampliando a pressão social pela abertura de novas dimensões da natureza e dos seres humanos à exploração pelo capital.

O avanço desse tipo de dominação impessoal, que ocorre de forma *quasi*-objetiva – isto é, como se fosse independente de nós, embora seja resultado de nossa própria *práxis* –, foi figurada, no caso do antissemitismo moderno, como o pernicioso domínio do judaísmo sobre a sociedade moderna; pois, conforme destaca Postone (2021b), os judeus saíram dos interstícios da sociedade capitalista, em particular nos países de industrialização tardia do século XIX para XX, para serem parte dos protagonistas – sejam como profissionais liberais, professores, banqueiros, industriais etc. – da mudança socioeconômica nestes países. Assim, numa sociedade em que o nexo de sociabilidade se dá, primordialmente, pelo que você carrega no bolso, os grupos sociais tradicionais vivem, de fato, a perda do exercício de seu poder por meio de mecanismos não econômicos. Ao terem que se subordinarem a essa nova lógica, por seu turno, tiveram que concorrer com aqueles que sempre foram observados como párias da sociedade. É nesse sentido que o antissemitismo moderno é uma ideologia que oferece uma visão coesa sobre a causa e o remédio para esta perda de lugar na sociedade: eliminar o grupo social

condições da mediação social, seja com políticas públicas de promoção do emprego e renda, via investimento, seja com perdões de dívida, renda mínima etc. Nesta luta de classes, cada classe procura defender seus interesses para, na crise, perder o menos possível e, no melhor dos mundos, ainda ganhar direitos – sejam constitucionais ou de propriedade.

que ameaça a todos. E seu caráter ideológico se revela neste mesmo diagnóstico, pois, em síntese, uma superação efetiva da dominação impessoal requer modificar a própria mediação social.

Essa mudança é possível por decorrência, segundo Postone (1978, 2003), do desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas do trabalho, cujo resultado é que a produção material prescinde cada vez mais do trabalho imediato. Embora isso seja contraditório para a reprodução do capital, que precisa do trabalho imediato para o seu crescimento, esse anacronismo da forma valor abre a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho imediato, socializando-o para o conjunto da sociedade e, assim, disponibilizando tempo para os seres humanos se dedicarem a outras atividades. Algo que já observa Marx (2011, p. 588 - grifo no original, sublinhado nosso),

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição.

Isso requer um tipo de universalidade entre os seres humanos que não apague as particularidades, tampouco submeta um particular a outro. O que significa dizer, dentre outras coisas, que não basta superar a dominação impessoal por meio da restauração de uma dominação pessoal, ou, nos termos do antissemitismo moderno, suprimirmos somente a dimensão abstrata da forma-mercadoria (o dinheiro ou as “finanças”) sem suprimir também a sua dimensão concreta (o valor, a “indústria capitalista”). A abolição dessa duplicidade da forma social das nossas atividades significa dizer, segundo Postone (2003), que nosso pertencimento a sociedade (e sua produção, por suposto) já estaria assegurado simplesmente por fazermos parte dela, sendo as atividades necessárias à sua reprodução socializadas entre nós. Entretanto, isso escapa ao horizonte “revolucionário” da ideologia antissemita moderna, o que a torna, em verdade, “reacionária”: uma reação

às mudanças provocadas pelo avanço do capitalismo que procura restaurar, em última instância, as formas de dominação pessoal – por exemplo, a segregação racial.

Paralelos entre o antissemitismo moderno e o “bolsonarismo”

Se a ideologia antissemita moderna tem como característica principal eleger um grupo social como o culpado das consequências do próprio desenvolvimento capitalista, sugerimos, nesta seção, essa característica como chave de leitura do que se convencionou chamar, no Brasil, de “bolsonarismo”. Mesmo após a derrota no pleito eleitoral de outubro de 2022, os seguidores desta ideologia continuaram mobilizados em passeatas, acampamentos e orações - até debaixo de forte chuva e alagamento⁸ - espalhados pelas principais capitais do país, até que, financiados pelos empresários alinhados ao Bolsonarismo e com participação ativa de setores militares, os manifestantes depredaram os prédios dos três poderes em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023. Tamanha força de mobilização é diretamente proporcional à envergadura do inimigo que essas pessoas julgam encarar. Para entendermos essa relação, iniciamos pelos traços gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro recente, a partir do movimento mais geral da economia mundial contemporânea.

É sabido que, desde os anos de 1970, assistimos ao declínio das taxas de crescimento da economia mundial. As razões para tal declínio são complexas, mas um fator importante deve ser sublinhado: a mudança no padrão de acumulação de capital. Em grande medida, a paulatina transnacionalização das corporações sediadas nos países centrais transformou essas empresas em conglomerados globais que operam em rede e permitiu a emergência de outros conglomerados que exploram o próprio caráter em rede da organização econômica contemporânea – como as chamadas “Big Tech”. Como consequência dessa mudança, a acumulação dos capitais particulares destes conglomerados passou a ocorrer em diversas frentes, que compreendem desde a produção de mercadorias até as operações com títulos financeiros, cujo fundamento é a crescente e acelerada expropriação de espaços ainda não submetidos a forma-mercadoria – sejam eles os serviços educacionais ou de saúde, antes públicos, sejam os recursos naturais na Amazônia ou os fluxos de dados da internet.⁹

⁸ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/11/5051193-bolsonaristas-enfrentam-tempestade-em-brasilia-e-pedem-ajuda-a-deus.html>. Acesso em 29 nov. 2022.

⁹ Hoje, assistimos atônitos a colonização de dimensões até então impensáveis da natureza e da sociedade: conglomerados transnacionais são proprietários de códigos genéticos, de “células tronco”, de sementes etc. que asseguram, pela promessa de rendimentos futuros, a rentabilidade de seus papéis nas bolsas de valores globais; enquanto isso, nossas interações digitais são analisadas, em busca de padrões de consumo, a fim

Para a compreensão do Brasil contemporâneo, essa mudança é central porque, no atual padrão de acumulação de capital, a expansão do capital não possui como centro dinâmico os mercados internos de cada país, como na dita “era de ouro”; de forma que esses espaços de acumulação interessam em parte – e não em seu conjunto – para o processo global da acumulação. Neste sentido, são solapadas as condições materiais dos chamados “projetos nacionais de desenvolvimento econômico” dos países periféricos, nos quais se propunha integrar as diversas regiões por meio da industrialização dirigida pelo Estado que, numa síntese, ao internalizar a dinâmica de acumulação de capital, quebraria as estruturas arcaicas de reprodução da vida social, engendrando emprego e renda e, assim, difundindo os benefícios do progresso técnico para o conjunto da população.¹⁰

Com novas condições da produção global de mercadorias, os espaços econômicos nacionais se tornam espaços rentáveis, para sermos esquemáticos, caso arquem com os custos da combinação de volumosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento com a garantia da rentabilidade dos capitais; ou caso assegurem novos espaços de acumulação com a tecnologia desenvolvida em outros territórios. A situação da economia brasileira no começo do século XXI indicava a sua proximidade com essa segunda tendência, de modo que os esforços de desenvolvimento tecnológico interno estavam associados às posições predominantes na acumulação mundial, acentuando o processo de “reversão neocolonial”, que emergiu nos anos 1990. (LUBLINER; ESPÓSITO; PEREIRA, 2019; SAMPAIO JR., 2017) Para ficarmos num exemplo, por assim dizer “pop”, o agronegócio tem seu crescimento atrelado não somente às negociações dos preços futuros de suas commodities nas bolsas internacionais, mas também à pesquisa e ao desenvolvimento de sementes, máquinas agrícolas e inteligência artificial realizadas, em pequena monta, em território brasileiro, sendo grande parte comandada pelos conglomerados transnacionais do setor.

Diante desse quadro, os ciclos de crescimento da economia brasileira, no começo do século XXI, até proporcionaram a expansão do emprego e da renda; contudo, os

de assegurar uma rotação mais rápida do capital. (DOS SANTOS, 2011; MARIUTTI, 2020) Neste sentido, não é de se espantar as recentes pesquisas sobre a possibilidade de colonização de uma das últimas fronteiras do capital: o sono. Seja para ficarmos acordados de modo funcional por dias a fio ou como forma de entrar em nossos sonhos. (CRARY, 2016) Esses processos são expressão do movimento das estruturas que condicionam a sociedade capitalista, movimento este que o conceito de *treadmill effect*, mencionado na seção anterior, procura dar conta.

¹⁰ Conforme recorda Sampaio Jr. (1999), essa seria a principal proposta da CEPAL para resolver os dilemas do subdesenvolvimento latino-americano.

empregos gerados ficaram concentrados na base da pirâmide social (CARVALHO, 2018). Isso resultou, por um lado, um limite à ascensão social dos trabalhadores empregados nesses setores – em particular aqueles que buscaram qualificação, conciliando o trabalho com o estudo –, pois os empregos em áreas mais complexas da economia – e com melhores salários – continuavam escassos. Por outro lado, ocorreu a redução da renda relativa da classe média – nomeada de “*lumpen-elite*” por Rodrigo Nunes (2022, p. 89) – em comparação com os mais pobres, que acessavam mercadorias semelhantes (quando não idêntica) e cujos serviços também ficaram mais caros para essa classe média, impedindo-a de se diferenciar socialmente e emular um certo comportamento de elite. (NUNES, 2022)

Ao ocorrerem em conjuntos, esses processos ajudaram a engendrar um acúmulo de ressentimento nas mais diversas camadas da população brasileira. Aproveitaram-se desse acúmulo e na esteira dos movimentos de massa da década de 2010, os discursos da extrema direita, do Movimento Brasil Livre (MBL) aos seguidores do Olavo de Carvalho (e o próprio), culparam uma camada da sociedade (“políticos”, “esquerdistas” e afins), transformando o ressentimento em ódio direcionado ao inimigo interno.¹¹ Com isso, o diagnóstico de que a situação social local está condicionada pelo padrão da acumulação de capital sai de cena, restando como projeto político a eliminação dos “maus elementos” que compõem a sociedade brasileira, interditando a sua prosperidade.

Esse tipo de discurso ganha tração no período de descenso da atividade econômica, característico da década de 10 deste século XXI, na qual tais reações são combinadas com o evidente declínio do horizonte de expectativas que caracteriza as sociedades ocidentais (ARANTES, 2014; SAMPAIO JR., 2017). Porém, há uma atitude aparentemente paradoxal que acompanha essa nova política: como as condições de reprodução do capital estão em declínio, as práticas de patrimonialismo e extrativismo são reforçadas na economia brasileira. Paradoxo aparente, pois o patrimonialismo e o extrativismo são traços marcantes da história da acumulação de capital no território brasileiro, tendo assegurado a concentração dos ganhos da acumulação por aqui e a

¹¹ Foge ao escopo desse trabalho discutir as jornadas de junho de 2013 e sua relação com a ascensão da extrema-direita no Brasil, tema para o qual recomendamos a leitura do ensaio “Como chegamos aqui? De junho de 2013 a Bolsonaro” de Rodrigo Nunes (2022, p. 166–203). Entretanto, cabe sublinhar que, acompanhando esse autor, constitui uma leitura simplista atribuir como *causa causans* da ascensão da extrema direita a ruptura política provocada por esse movimento de massas. Em seu lugar, seria mais prudente, como sugere o autor, afirmar que Junho de 2013 criou uma fissura política. A nosso juízo, para ficar no tema deste artigo, essa abertura permitiu mobilizar diversos afetos, dentre os quais o ressentimento, que a extrema-direita foi mais eficaz em mobilizar; enquanto a esquerda não mobilizou outros afetos.

reprodução do poder político do homem branco. Para lidar com as massas não incluídas na sociedade de classes - majoritariamente negras -, resta o uso indiscriminado da violência (DE OLIVEIRA, 2013; MENEGAT, 2020; SCHWARZ, 1999).

Do ponto de vista da sociabilidade, aqueles empregos com maiores salários, vinculados às profissões liberais, às indústrias de maior densidade tecnológica etc. tornaram-se, para dizer o mínimo, ainda mais escassos. Para entendermos melhor o efeito do estreitamento do mercado de trabalho na dinâmica social brasileira, cabe recordarmos que a inserção econômica proporcionada aos profissionais liberais, trabalhadores qualificados das multinacionais, funcionários públicos etc. pelo modelo econômico da ditadura militar brasileira (1964-1984) não mais existia para os filhos e netos desta geração. Até porque, o modelo econômico da ditadura estava ancorado na criação de um mercado interno para bens de consumo duráveis (automóveis, geladeiras, máquinas de lavar-roupa etc.) e imobiliário (casa própria e até de veraneio) por meio da concentração da renda (FURTADO, 1975; SERRA; TAVARES, 2000). A maioria da classe trabalhadora foi, por isso, alijada desse processo de crescimento, uma vez que seu direito de organização estava cerceado – direito este que permitiria reivindicar melhores salários e se fazer propriamente mercadoria força de trabalho.

Nos anos 2000, esse acirramento da concorrência nos empregos de melhor remuneração foi, em parte, mitigado pelo crescimento econômico, que trazia um horizonte de inserção, pois, a impressão era de que a maior escolarização, junto com os investimentos em setores chave da economia brasileira (petróleo e gás, por exemplo) proporcionariam uma mudança capaz de expandir os empregos qualificados. Ao mesmo tempo, a maior proximidade da renda e do padrão de consumo da camada média e parte dos “subalternos” – aqueles cuja geração anterior suportara o arrocho salarial – indicavam que, talvez, não haveria espaço para todos (MORGAN, 2017; NUNES, 2022).

A crise da economia brasileira na década de 2010 realizou esse horizonte de que não há lugar para todos. Além disso, os escândalos de corrupção que envolviam o Partido dos Trabalhadores (PT), somada a sua impossibilidade de lidar com as demandas díspares das camadas populares e das camadas médias, que emergiram na cena pública em Junho de 2013, engendraram o ponto atrator em direção ao qual convergiram diversos setores da classe dominante e popular brasileira, formando um movimento popular de extrema direita. No final da década de 2010, ascende ao poder uma figura representativa desse movimento, Bolsonaro, que manifesta a autocracia como forma de organização do

poder,¹² saindo de cena os afetos políticos baseados na esperança de ascensão social, marcantes do início do novo século, enquanto ganham protagonismo os afetos baseados no ódio e no ressentimento (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020). Esses afetos negativos uniram, numa síntese, tanto aquelas pessoas cujos sonhos de ascensão social não foram realizados e, por isso, apostaram em algo novo; quanto aquelas pessoas frustradas com parte dos sonhos realizados por aqueles que não deveriam sequer sonhar, e, por conseguinte, apostaram em alguém que poderia colocar essas pessoas em seu devido lugar.

Nesse processo, foi reabilitada a narrativa do “inimigo interno”, comum no período da ditadura, porém, de uma forma que o PT – mesmo que sem qualquer resquício efetivo de “comunismo” – tornou-se a encarnação institucional do “comunismo”, enquanto as vozes dissonantes ao discurso do bolsonarismo são enquadradas como “esquerdistas” ou “petralhas”, que, no dicionário do bolsonarismo, são todos sinônimos. O caráter pernicioso dessas pessoas estaria em querer implementar uma forma de vida contrária àquela que os bolsonaristas reconhecem como a “tradição brasileira”: 1) a organização familiar monogâmica e cisgênero, sob domínio do patriarca; 2) a arbitrariedade da ação com seu patrimônio; e, por fim, 3) o reconhecimento de um país harmônico, livre de seus críticos (o velho *slogan* ditatorial – “Brasil, ame-o ou deixe-o”) e que não pestaneja em eliminar os insubordináveis. Uma síntese representativa desta trindade seria a política de segurança pública do governo Bolsonaro, o qual procurou, de forma jurídica, dar licença para matar¹³ às forças policiais e facilitar o armamento de parte da população civil sob o mote de que a única solução para os problemas de segurança pública é a eliminação sumária dos criminosos, que seriam protegidos pelos direitos humanos, outro sinônimo de “esquerdismo” no dicionário da extrema direita local. Aliás, em discurso de campanha nas eleições de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro pegou o tripé de um microfone e, simulando um fuzil, convocou seus apoiadores do seguinte modo: “vamos fuzilar a petralhada toda”.¹⁴

¹² O conceito de autocracia é utilizado no sentido atribuído pelo sociólogo Florestan Fernandes. Em *Revolução Burguesa no Brasil* (2005), Fernandes forja a ideia de “autocracia burguesa” para analisar a persistência de princípios radicalmente antidemocráticos na conformação do Estado, da sociedade e do mercado em contextos marcados pela democracia formal. No cenário atual, os níveis de desigualdade social, racial e regional são tão alarmantes quanto os que Fernandes apresenta em seu estudo, e não deixam de ser indícios de uma sociedade organizada contra a democratização e integração social.

¹³ Em termos técnicos, trata-se de ampliar o “excludente de ilicitude penal”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/06/29/comissao-aprova-parecer-de-daniel-silveira-que-amplia-excludente-de-ilicitude.htm> Acesso em 15 maio 2023.

¹⁴ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2022/07/10/vamos-fuzilar-a-petralhada-disse-bolsonaro-em-2018-no-pr-obedeceram.htm> Acesso em 18 nov. 2022.

Longe de ser um exagero de campanha, o quadro analítico estabelecido na seção anterior, permite afirmar que se trata de uma manifestação de uma ideologia que conseguiu, de forma coesa, apontar um conjunto de pessoas que atrasariam o desenvolvimento capitalista brasileiro. Neste sentido, a solução para a elevação dos termos da concorrência – tanto no território nacional quanto no exterior –, uma propriedade do capitalismo explicada pelo *efeito esteira*, e o declínio econômico da camada média, uma característica do padrão de acumulação liderado pelas finanças, estaria, propõe o bolsonarismo, na “eliminação” dos “esquerdistas”. O que começou com o desmonte das políticas públicas, compreendidas como voltadas para esse público, e assumiu, ainda que de forma episódica, a forma de assassinatos no pleito eleitoral de 2022. O seu avanço foi, até o momento, parcialmente contido com a eleição de Lula para o terceiro mandato em 2022; contudo, pela operação da extrema direita na Hungria, não estaria fora do horizonte de um segundo mandato as políticas públicas, no mínimo, incisivas contra os “esquerdistas”.

A despeito dessa ideologia não apresentar um corte biológico, como no antissemitismo moderno, ela apresenta outro paralelo com a ideologia antissemita moderna. Este paralelo pode ser ilustrado pelo vocabulário adotado quando se referem a parte daqueles que devem ser eliminados pelas forças de “segurança” pública e privada: eles são, quando executados, nomeados de “CPF cancelado”¹⁵. Como se sabe, o cadastro de pessoa física (CPF) é um conjunto de números que identifica cada brasileiro, sendo utilizado em repartições públicas e, sobretudo, na declaração de imposto de renda. As pessoas executadas são, à semelhança do antissemitismo moderno, tratadas apenas como um número, despido de qualquer concretude, haja vista que são somente uma parcela do mal social, que ainda não foi extirpado da sociedade brasileira porque, segundo o bolsonarismo, o esquerdismo os protege.

Embora (ainda) não tenha sido posta em prática uma forma organizada e industrial de eliminação destas pessoas, como ocorreu no regime nazista, é preciso frisar o *modus operandi* das intervenções de execução: não se trata de pessoas, mas sim de personificações da *violência*, que só será eliminada com o extermínio de todas as suas partes. Essa violência, por sua vez, não teria qualquer relação com os níveis obscenos de desigualdade de renda e riqueza e, sobretudo, com a perda das possibilidades de integração, para muitos, à sociedade capitalista pela venda da sua força de trabalho; mas

¹⁵ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/25/foto-de-bolsonaro-com-cpf-cancelado-e-criticada-pela-oposicao.htm>. Acesso em 29 nov. 2022.

seria uma propriedade de certos indivíduos – em sua maioria, a população jovem e negra – que são insubordináveis.

A “solução final” foi buscada porque, cabe recordarmos, outros métodos de eliminação não se mostravam eficientes em vista da própria situação de guerra, na qual a manutenção dos judeus em guetos custava gêneros alimentícios necessários ao campo de batalha. Embora um argumento contraditório com a própria necessidade de outros recursos para o conflito, ele mostra que, naquela altura dos acontecimentos, deveria ser posta em prática uma solução rápida e eficiente para a “questão judaica”. Nada impede que uma solução semelhante venha a ocorrer no Brasil, ainda mais se o atual movimento popular de extrema direita continuar com a força de mobilização que mostrou até então.

Considerações Finais

Ao recuperamos a contribuição teórica de Postone, mostramos que o *antisemitismo* moderno é uma ideologia revolucionária e, ao mesmo tempo, reacionária, pois propõe uma transformação substantiva da sociedade europeia para afirmar o que compreendia como seus avanços concretos – a técnica, a ciência e a tecnologia – e a eliminação do que entendia como fontes de seu declínio – o poder do dinheiro e o cosmopolitismo –, afirmando um certo “passado” europeu. Nesta *visão de mundo*, a dimensão concreta do capitalismo não guarda relação com sua dimensão abstrata. Com isso, as mazelas sociais não são expressão do desenvolvimento do próprio capitalismo, que elimina os próprios meios para a sua reprodução social e, por conseguinte, dos indivíduos nesta sociedade; mas atributos de um grupo social específico.

No caso do bolsonarismo, a sua revolução é para afirmar os valores que julga serem tradicionais da sociedade brasileira (pátria, família e propriedade), que estariam sendo solapados pelo “inimigo interno”. Esse inimigo são todas as pessoas que não estejam alinhadas com os “valores” da extrema direita brasileira, culpadas pela crise do país nessa década de 2010, pois se locupletaram com a corrupção e, sobretudo, permitiram a livre circulação e proliferação do “banditismo”, ao expandirem as políticas públicas do Estado brasileiro. Está fora do horizonte dessa ideologia que o mundo do capitalismo global contemporâneo produz “sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”: figuras que vagam em busca do nexos de sociabilidade, o dinheiro (SCHWARZ, 1993, p. 13), sem qualquer esperança de integração social. A semelhança dessas ideologias com o antisemitismo moderno não está somente em elegerem certos culpados pelos problemas

que são próprios do capitalismo, mas também em confundirem a dimensão abstrata desta sociedade com esses grupos sociais.

Neste caso, trata-se da igualação de todos os seres humanos à condição de mercadoria força de trabalho, em concorrência desenfreada para serem explorados. Assim, não mais existem os meios de inserção econômica, social e política próprios da ditadura militar brasileira. Contra uma espécie de cidadania mundial irrestrita, na qual se luta, ao fim e ao cabo, pelo direito de ser explorado em qualquer local do mundo, pois nosso pertencimento social está no bolso, emerge o bolsonarismo, que procura salvar os espaços de concorrência para aqueles que cerram fileiras consigo e, com isso, pretende garantir a continuidade da valorização do valor. Entretanto, o capital está apoiado na indiferença para com aqueles que são explorados, de forma que, essa forma de restrição, pode contribuir para acelerar o seu colapso. De todo o modo, em lugar da emancipação política, assistimos a luta fratricida e a crescente barbárie.

Referências

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAUJO, P. H. F. DE. As categorias Classes Sociais e Estado no livro primeiro de O Capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 21–47, 7 jul. 2020.

BRAGA, H. P. Conversa com Moishe Postone. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 22, p. 89–99, 2016.

BRAGA, H. P.; KAWAHARA, I. Z. O tempo no capitalismo: uma reflexão a partir de Moishe Postone. **Tematicas**, v. 29, n. 57, p. 347–369, 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DE ARRUDA SAMPAIO JR., P. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DE OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

DOS SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUAYER, M.; CARDOSO, N. V. Caráter mercantil do capitalismo, centralidade do trabalho e estranhamento. Em: **Dominação impessoal e temporal: o trabalho na sociedade do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 45–66.

DUAYER, M.; DE ARAÚJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 13, n. 35, p. 15–36, 2015.

DUAYER, M.; DE ARAUJO, P. H. F. Valor como forma de mediação social. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 45–82, 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FRIEDLÄNDER, S. Ideology and extermination: the immediate origins of the “final solution”. Em: **Catastrophe and Meaning: the holocaust and the twentieth century**. Chicago: University of Chicago Press, 2003. p. 17–33.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução? o neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LUBLINER, T. M.; ESPÓSITO, M.; PEREIRA, L. R. (EDS.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MARIUTTI, E. A “virada cibernética”: capitalismo, informação e direitos de propriedade. **Texto para Discussão**, n. 390, agosto 2020.

MARX, K. **Grundrisse: esboços da crítica da economia política**. Tradução: Mário Duayer; Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política - Volume I**. Tradução: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1

MENEGAT, M. Convergência do terror. **Metaxy**, v. 25, n. 04, 2020.

MORGAN, M. Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. 2017.

MURTHY, V. Moishe Postone’s Historical Time: Capital, the Holocaust, and Jewish Marxism. **Critical Historical Studies**, v. 7, n. 1, p. 43–62, 2020.

NUNES, R. **Do Transe a Vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21–31, mar. 2020.

POSTONE, M. Necessity, labor, and time: A reinterpretation of the Marxian critique of capitalism. **Social Research**, v. 45, n. 4, p. 739–788, 1978.

POSTONE, M. **Time, labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory**. 2. ed. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.

POSTONE, M. Antissemitismo e nacional-socialismo. Em: **Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021a. p. 29–50.

POSTONE, M. O holocausto e a trajetória do século XX. Em: **Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021b. p. 79–131.

POSTONE, M. Bitburg: 5 de maio de 1985 e após: Uma carta para a esquerda da Alemanha Ocidental. Em: **Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021c. p. 51–62.

POSTONE, M. Teses sobre Fassbinder, antissemitismo e a Alemanha: Outono de 1985, Frankfurt. Em: **Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021d. p. 63–75.

POSTONE, M. **Antissemitismo e nacional-socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021e.

PRADO, E. F. Valor e capital em Moishe Postone. **O Olho da História**, n. 22, 2016.

SAMPAIO JR., P. DE A. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SCHWARZ, R. Um livro audacioso. Em: **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 9–15.

SCHWARZ, R. Fim de século. Em: **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 155–162.

SERRA, J.; TAVARES, M. DA C. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. Em: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 589–608.

SEWELL, W. H. Remembering Moishe Postone. **Critical Historical Studies**, v. 5, n. 2, p. 155–164, set. 2018.

SIQUEIRA, Á. M. Um breve estudo sobre a dominação temporal do capital a partir da concepção de Moishe Postone. Em: **Dominação impessoal e temporal: o trabalho na sociedade do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 67–96.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WOOD, E. M. **The origin of capitalism: A longer view**. London: Verso, 2002.